



O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense

The social construction process of geographical indication: sustainable territorial development in the Planalto Norte Catarinense

Fernando Henrique PRADO^{1*}, Marja Zattoni MILANO², Denilson DORTZBACH³, Ademir Antônio CAZELLA¹, Cristiano DESCONSI¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

² Instituto Federal Catarinense (IFC), Rio do Sul, SC, Brasil.

³ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Florianópolis, SC, Brasil.

* E-mail de contato: fernandoprado692@gmail.com

Artigo recebido em 4 de setembro de 2020, versão final aceita em 5 de maio de 2021, publicado em 22 de abril de 2022.

RESUMO: Diferentes iniciativas da sociedade civil e do Estado surgiram com o objetivo de induzir o desenvolvimento sustentável em territórios rurais onde predomina a agricultura familiar. O presente artigo visa avaliar o potencial dos processos de constituição de Indicações Geográficas (IG) em promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), tomando por base a análise da trajetória de construção da IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense. A pesquisa combinou revisão bibliográfica e documental com a realização de entrevistas semiestruturadas. O modelo da Cesta de Bens e Serviços Territoriais é apresentado como um enfoque teórico-metodológico que pode ser adotado pelos atores locais, visando um modelo mais abrangente e articulado do processo de DTS. A partir desse enfoque, constata-se que, apesar da longa trajetória de construção da IG da erva-mate, persistem dúvidas quanto ao seu funcionamento entre os atores da cadeia produtiva. Paralelamente, é notória a estrutura de governança constituída no PNC, que possibilita a integração de outras iniciativas. Assim, com base no caso analisado, percebe-se que estratégias de desenvolvimento precisam ser adaptadas às especificidades socioculturais, econômicas e ambientais do Brasil.

Palavras-chave: recurso territorial; ativo territorial; cesta de bens e serviços territoriais; governança.

ABSTRACT: Different initiatives civil society and the state have emerged with the aim of inducing sustainable development in rural territories where family farming predominates. This paper aims to evaluate the potential of the processes

of constitution of Geographical Indications (GI) in promoting Sustainable Territorial Development (STD), based on the analysis of the trajectory of the construction of the GI Erva-Mate, from Planalto Norte Catarinense (PNC). The research combined bibliographic and documentary review with semi-structured interviews. The model of the Basket of Territorial Goods and Services is presented as a theoretical-methodological approach that can be adopted by local actors, aiming for a more comprehensive and articulated model of STD process. From this approach, it appears that, despite the long trajectory of the construction of mate tea GI, doubts remain regarding its functioning among the actors of the production chain. At the same time, it is notable the governance structure established in the PNC, which enables the integration of other initiatives. Thus, based on the case analyzed, it can be seen that development strategies need to be adapted to the socio-cultural, economic and environmental specificities of Brazil.

Keywords: territorial resource; territorial active; basket of territorial goods and services; governance.

1. Introdução

O modelo globalizado de agricultura industrial, ao estimular o aumento padronizado da produtividade a qualquer custo, é responsável por danos ambientais e sociais. Nesse modelo, as distâncias físicas e cognitivas entre produtores, consumidores e os ambientes que dão suporte à produção de alimentos tendem a crescer (Bacon *et al.*, 2012). O local e sua capacidade de produzir novidades perdem relevância em meio à padronização de produtos e serviços da sociedade (Van der Ploeg, 2008). Os territórios e os agricultores que não se adequam às exigências impostas por esse modelo são marginalizados dos processos de desenvolvimento.

Diante dessa realidade, há uma busca constante por alternativas que possam promover o desenvolvimento de territórios marginalizados pelo progressivo processo de globalização. No contexto brasileiro, algumas ações promovidas por atores da sociedade civil e do Estado procuram induzir novas oportunidades socioeconômicas em territórios rurais onde predomina a agricultura familiar, de forma a promover o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

Para Van der Ploeg (2008), as alternativas ao

paradigma dominante de agricultura produtivista consistem em modelos redistributivos e centrados na qualidade. Nesse sentido, nas últimas décadas, surgiram iniciativas que visam promover a especificação e a valorização de produtos e serviços de territórios rurais por meio de diversos mecanismos e estratégias. Marcas territoriais, selos de qualidade, distinção do saber-fazer e do modo de produção associados a escalas locais e a mercados de proximidade abrem caminho para a construção social de novos mercados com ênfase na promoção das economias territoriais, na redução das disparidades econômicas e sociais e no fortalecimento de vínculos horizontais entre distintos atores sociais.

Entre as ferramentas que vêm ganhando destaque na valorização de bens e serviços territoriais de qualidade diferenciada, encontram-se as Indicações Geográficas (IG). O registro de IG reconhece produtos ou serviços que são específicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor e identidade próprios, distinguindo-os em relação a produtos e serviços similares disponíveis no mercado. Garante-se, dessa forma, aos produtores e consumidores, a proteção contra a falsificação e a qualidade (Brasil, 2019). Podem ser reconhecidos com IG os produtos com qualidade única em fun-

ção tanto dos recursos naturais, como solo e clima, quanto do saber-fazer característico (*know-how* ou *savoir-faire*).

Segundo Velloso (2008), uma IG se torna uma ferramenta promotora do desenvolvimento territorial desde que sua implantação, além da esfera econômica, associe valores sociais e ambientais que beneficiem, de forma indireta e variada, a maioria da população de um território. Assim, faz-se necessário avaliar em que medida as IG no Brasil têm sido capazes de impulsionar processos inclusivos e redistributivos, ou se, ao contrário, reforçam a desigualdade e a exclusão nos processos de desenvolvimento. Para efetivar essa análise, a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) torna-se uma ferramenta adequada ao centrar atenção nos processos de especificação e valorização de recursos de um dado território (Pecqueur, 2005). Uma CBST consiste em uma oferta compósita de bens e serviços, que prioriza os circuitos curtos de comercialização, estimulando o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos, por parte dos consumidores externos e internos (Cazella *et al.*, 2019; 2020).

A partir dessa contextualização, o presente artigo tem por objetivo geral avaliar o potencial dos processos de constituição de IG em promover o DTS, tomando por base a análise da trajetória de construção da IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense (PNC). Pretende-se também discutir a capacidade dessa iniciativa em mobilizar e integrar

atores territoriais envolvidos com outras dinâmicas de valorização de bens e serviços territoriais de qualidade¹.

Além da introdução e considerações finais, o artigo está organizado em mais três seções. A primeira discute a trajetória histórica de construção das IG como uma ferramenta de especificação e valorização de produtos e serviços de qualidade, apontando alguns desafios para que se torne um instrumento legítimo de DTS no Brasil. A segunda dedica-se à análise do processo de criação da IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense, com particular referência à participação social e ao sistema de governança territorial. A terceira seção examina o caso de valorização da erva-mate como parte de uma estratégia que abre espaço para integrar outras iniciativas territoriais, visando a construção de um modelo mais abrangente e articulado de condução do processo de DTS.

2. Breve histórico das IG e sua recente implementação no Brasil

Desde a Idade Antiga, há registros de produtos ou processos que se diferenciavam por suas características específicas, os quais não podiam ser replicados por produtores de outras regiões. Esses produtos ou serviços eram identificados com selos ou símbolos que faziam referência ao local onde eram produzidos (Silva *et al.*, 2016).

¹ Este artigo é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas nos projetos “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC No 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga N° 2021TR000531).

O primeiro registro formal de IG ocorreu em Portugal, a partir da reivindicação coletiva de produtores do vinho do Porto. Em 1756, na região do Douro, um grupo de produtores adicionou o termo “Porto” na identificação de seus vinhos, que eram distintos do vinho originário da região do Porto. Os produtores dessa região, então, cobraram providências do Marquês de Pombal, que delimitou a área que poderia fazer referência ao “vinho do Porto”, definindo suas características padrão, bem como as regras para sua produção (Silva *et al.*, 2016).

Embora seu surgimento seja antigo, seu uso proliferou na Europa a partir de meados do século XX e vem crescendo nos continentes não-europeus principalmente a partir dos anos 1990. De acordo com um inventário mundial sobre propriedade intelectual realizado em 2018, existiam 59.500 IGs em 82 países, incluindo IGs protegidas por marcas registradas e por acordos comerciais (WIPO, 2018). Alguns exemplos conhecidos mundialmente são os vinhos de Bordeaux e o queijo Roquefort na França, o presunto de Parma na Itália e o azeite de oliva Montes de Toledo na Espanha (Valente *et al.*, 2012).

Em nível mundial, o reconhecimento das IG está associado a normas da Organização Mundial do Comércio no sentido de proteger a propriedade de determinados produtos no mercado mundial (OMC, 1994). A União Europeia (UE) adotou o Regulamento CE nº 510/2006, que abrange duas formas de proteção: a Indicação Geográfica Protegida (IGP), quando as características dependem de determinada localidade, com pelo menos um dos estágios de produção, transformação ou elaboração ocorrendo

na região em questão, e a Denominação de Origem Protegida (DOP), que distingue um produto cuja qualidade e reputação se devem exclusivamente a uma localidade determinada, atreladas ao saber-fazer reconhecido, sendo que todas as etapas da produção, transformação e elaboração ocorrem na mesma região (Conselho da União Europeia, 2006).

Nas últimas décadas, as IG foram também reconhecidas como uma estratégia capaz de impulsionar o dinamismo, a inovação e a diversificação em áreas rurais de países da América Latina (Anjos, 2011). Como exemplos latino-americanos de produtos com IG, pode-se mencionar, no México, a tequila, e no Peru, o pisco (Glass & Castro, 2009). No Brasil, o reconhecimento desse instrumento é recente e se deu a partir da sua inclusão na legislação brasileira de Propriedade Industrial, particularmente, na Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 (BRASIL, 1996).

Dois formas de proteção de produtos e serviços foram previstas nessa legislação: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Observa-se que as categorias IP e DO utilizadas no Brasil são semelhantes às categorias IGP e DOP da União Europeia. A Instrução Normativa (IN) nº 25 de 2013 (INPI, 2013, p.1-2) estabelece as condições para o registro das IG.

§ 1º Considera-se a Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade² (sic), região ou localidade de seu território, que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção e fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

² Note-se que, embora a legislação faça referência a “cidade”, a intenção era referir-se ao “município”, cujo conceito é mais amplo e abrange tanto as áreas rurais quanto as urbanas.

§ 2º Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade (sic), região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Em março de 2019, entrou em vigor a IN 095, que estabelece as condições para o registro das IG e substitui a IN nº 25, de 2013. Nessa nova normativa, destacam-se como novidades o Caderno de Especificações Técnicas, que substitui o antigo Regulamento de Uso, e a possibilidade de realizar a alteração de um registro de IG para, entre outros, modificar a classificação entre as categorias de IP e DO (INPI, 2018).

De acordo com Glass & Castro (2009, p. 13), “(...) a diversidade cultural brasileira, seu vasto território e suas particularidades sustentam a afirmação de que há inúmeros produtos nacionais com potencial de obter uma IG”. No entanto, os números brasileiros são tímidos quando comparados aos europeus. Na lista das IG no Brasil, disponibilizada pelo DataSebrae em dezembro de 2020, tem-se o registro de 77 IG, sendo 62 IP e 15 DO (SEBRAE, 2020). Dessas, a IG Vale dos Vinhedos foi a primeira a ser concedida na categoria IP, em 2002, enquanto a IG Litoral Norte Gaúcho foi a primeira na categoria DO, no ano de 2010. O estado de Santa Catarina registra apenas a IP Vales da Uva Goethe, concedida em 2012, e as DOs Banana da Região de Corupá, em 2018, e Campos de Cima da Serra, para o queijo artesanal Serrano, em 2020, compartilhada com o Rio Grande do Sul (INPI, 2020).

Maiorki & Dallabrida (2015) concluíram que os produtos e serviços com IG são capazes de gerar maior agregação de valor e contribuir para o DTS,

com ganhos para todos os setores da sociedade. Entretanto Nascimento *et al.* (2012) alertaram que um processo de criação de uma IG, quando mal administrado ou tendo uma gestão inadequada, pode resultar na superexploração de recursos naturais, aumento dos custos de produção, adoção de mecanismos onerosos de controle e exclusão de produtores. Hanisch *et al.* (2006) e Velloso (2008) constataam que a ação coletiva, com participação de instituições públicas e privadas, representa o elemento central para o processo de implementação de uma IG, concebida como uma ferramenta de valorização dos recursos e do DTS.

Sendo assim, os estudos anteriores vêm demonstrando que os resultados da criação de IG são heterogêneos e que sua maior ou menor capacidade em promover o desenvolvimento territorial sustentável depende do sistema de governança. Justifica-se, portanto, a importância de analisar as especificidades de cada caso, quanto aos resultados econômicos, às trajetórias de especificação e valorização e às formas de reconhecimento. A seção a seguir analisa o caso da construção da IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense, solicitada ao INPI na modalidade de DO.

3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando a revisão bibliográfica e documental com a pesquisa de campo realizada no PNC. A escolha dessa região se deve ao processo de elaboração de um dossiê sociotécnico em torno da IG Erva-Mate do PNC, submetido em 2019 ao INPI, o qual foi construído de forma coletiva por diversos atores sociais, conforme será aprofundado

neste artigo. A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 22 e 26 de abril de 2019. Tratou-se de uma pesquisa empírica de natureza exploratória com atores sociais considerados relevantes no processo de criação da IG. Não se teve, portanto, a intenção de contemplar atores de todos os municípios da área de abrangência da IG. Novas pesquisas de campo se fazem necessárias para aprofundar a correlação entre a IG da erva-mate e a possível construção social de uma CBST.

Na oportunidade, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, buscando contemplar atores que participaram efetivamente da história da construção da IG, bem como a representatividade de diferentes segmentos socioeconômicos associados a esse processo e à cadeia produtiva da erva-mate. As doze entrevistas contemplaram os seguintes atores territoriais: quatro representantes de órgãos públicos, nove do setor privado e quatro de órgãos associativos, sendo que alguns atores entrevistados representam mais de uma categoria, devido ao fato de se envolverem simultaneamente em diferentes segmentos da cadeia produtiva da erva-mate. Todas as entrevistas foram gravadas, para uma minuciosa compreensão desse processo, com a permissão dos entrevistados.

Os entrevistados foram escolhidos por meio da técnica metodológica “bola de neve” (*snowball*), iniciando com atores envolvidos diretamente na implementação da IG. Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística, pela qual os primeiros participantes indicam outros que, por sua vez, sugerem novos participantes e assim sucessivamente, até que o ponto de saturação seja alcançado. Esse ponto é atingido quando os entrevistados passam a repetir informações já obtidas em entrevistas anteriores, sem acrescentar elementos novos

e relevantes à pesquisa (WHO, 1994).

Os roteiros de entrevistas contemplaram três dimensões: a primeira com questões preliminares, visando reconstituir a trajetória socioprofissional do entrevistado e seu envolvimento e percepção dos demais atores implicados com o processo da IG. A segunda com o propósito de inventariar as principais características históricas, culturais e ambientais que diferenciam o território dos demais, os produtos e serviços territoriais de qualidade e serviços associados à cadeia produtiva da erva-mate. Por fim, a terceira se voltou para a identificação e caracterização de ações coletivas coordenadas, atuação em rede e espaços de concertação das principais iniciativas de valorização de produtos e serviços territoriais baseados diretamente com a erva-mate e também com outras iniciativas.

4. Resultados e discussão

4.1. O processo de construção social da IG erva-mate do PNC

Segundo Dortzbach *et al.* (2018a), os primeiros habitantes da região foram, provavelmente, os indígenas da etnia Xokleng, que utilizavam as folhas da erva-mate antes da chegada dos espanhóis e portugueses, os quais incorporaram o seu uso na forma de chimarrão e chá.

Entre os séculos XIX e XX, a erva-mate se configurou como um dos principais produtos da pauta de exportações brasileiras, estando o PNC entre as regiões produtoras com maior relevância. Na atualidade, essa região se diferencia das demais zonas produtoras por apresentar uma área significativa de ervas nativas. Enquanto no Brasil a extração dos

ervais nativos representa cerca de 41% da produção do total, no PNC essa proporção é muito superior, com cerca de 83% (Dortzbach *et al.*, 2018b). Além disso, trata-se do principal produto extrativista não madeireiro do Brasil em quantidade produzida e o segundo em valor (IBGE, 2019).

Contraopondo-se à atividade de extração madeireira, a produção da erva-mate no PNC está relacionada à conservação ambiental, pois imprimiu um caráter multifuncional às áreas de mata nativa, as quais geram uma renda extra aos agricultores (Bona *et al.*, 2011). A erva-mate sombreada sob a mata nativa se destaca pelo manejo em sistema agroflorestal, que propicia o melhor aproveitamento da terra e insumos, especialmente o equilíbrio ambiental e a conservação e melhoria dos solos (Franco, 1992). Dessa forma, a atividade ervateira contribui para a configuração da paisagem regional, onde há maior cobertura de vegetação nativa, quando comparada às demais regiões de Santa Catarina (Hanisch *et al.*, 2006).

Estudos preliminares mostram que a erva-mate nativa ou sombreada manejada sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos apresenta peculiaridades no sabor, sendo mais suave em relação às ervas cultivadas com outros tipos de manejo, culminando em uma melhor aceitação nos mercados brasileiro e uruguaio. Essa particularidade do sistema produtivo é comumente associada ao caráter agroecológico, embora não apresente nenhum selo específico que certifique essa característica (Lopes, 2011; Marques *et al.*, 2014). Segundo atores locais entrevistados, a qualidade diferencial dessa forma de produção se reflete no maior valor atribuído ao produto, desde o valor pago ao produtor até o preço final do produto processado, que pode ser 30% superior.

Já na primeira metade da década de 1980, alguns estudos apontavam a notoriedade da erva-mate do PNC, atrelada à história, tradição e cultura local, cujas características singulares eram distintas de outros territórios. Segundo Vogt *et al.* (2016), trabalhos técnicos pioneiros de profissionais da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), antecessora da atual Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), sugerem a pertinência tanto da IG quanto da produção orgânica (sem uso de ingredientes químicos de síntese) para os produtos da erva-mate. No entanto, somente em 2011, a Epagri teve formalmente aprovado um projeto para promover a IG Erva-Mate do PNC, com o apoio financeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cuja execução iniciou em 2013.

Na proposta inicial, o processo de IG abrangia uma zona pertencente aos estados do Paraná e de Santa Catarina, devido às semelhanças das características ambientais, históricas e culturais. Durante o andamento dessa ação conjunta, no entanto, ocorreram conflitos em relação a investimentos de recursos públicos do projeto. As agências catalisadoras do processo de IG em cada estado, de um lado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Paraná, e, do outro, a Epagri e o MAPA, não conseguiram estabelecer um consenso para constituir uma única IG da erva-mate. A iniciativa do estado do Paraná tramitou seu processo de forma mais rápida e o INPI reconheceu, em 2017, a IP da “Erva-Mate de São Mateus”, abrangendo seis municípios daquele estado.

A partir de então, retomou-se, do lado catarinense, a mobilização dos atores da cadeia produtiva da erva-mate e as atividades de pesquisa com o intuito de delimitar e caracterizar o território, estabelecer normas para as diferentes etapas do processo produtivo, além da construção da regulamentação da futura IG da erva-mate (Vogt *et al.*, 2016). Após cerca de seis anos de trabalho, foi submetido ao INPI, em 2019, o dossiê técnico-científico com o intuito de obter a IG “Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense” na categoria DO, ainda em processo de análise (INPI, 2020).

A Associação dos Produtores de Erva-Mate do PNC (Aspromate), criada em 2003, foi a organização proponente dessa IG perante o INPI e tem como finalidade a integração dos produtores de erva-mate, ervateiros, associações, empresas, cultivadores e preparadores de sementes e mudas, bem como de outras entidades vinculadas à cadeia produtiva, em prol do desenvolvimento da atividade ervateira.

Em que pese o protagonismo recente da Aspromate, o Sindicato das Indústrias do Mate no Estado de Santa Catarina (Sindimate) foi criado em 1936 e ainda atua fortemente na promoção e divulgação da erva-mate catarinense, bem como na discussão de políticas públicas e legislações pertinentes a esse setor. Na região de estudo, tem-se a participação de 32 empresas ervateiras no Sindimate. Outro ator associativo importante engajado na construção da IG da erva-mate é a Cooperativa de Produtores de Mate de Campo Alegre, fundada em 1938. Essa

cooperativa conta com 224 sócios e esteve representada na maioria das reuniões no processo do PNC. Afora os produtores e industriais da erva-mate, a cadeia produtiva é também composta por viveiristas, que são responsáveis pela produção de mudas de qualidade, oriundas de matrizes certificadas, e manutenção das características genéticas da erva-mate da região do PNC.

Os cancheadores, outro elo da cadeia produtiva, são responsáveis pelos primeiros processos de corte e secagem, a etapa de sapeco³, seguida da fragmentação das folhas e ramos da erva em pedaços. Essa etapa do processo de industrialização pode ser realizada pelas indústrias ervateiras ou pelos cancheadores, os quais vendem para as indústrias que não realizam as etapas iniciais ou exportam a erva-mate cancheada sem os procedimentos finais. As indústrias ervateiras do Rio Grande do Sul e do Uruguai são as maiores compradoras de erva-mate cancheada do PNC, as quais utilizam a matéria-prima catarinense para realizar seus *blends*⁴, empacotados com suas próprias marcas ou comercializados para o mercado externo na forma de erva cancheada.

Também participam da cadeia produtiva da erva-mate os cortadores de erva, chamados de tarefeiros, responsáveis pelo corte e coleta da erva em áreas cultivadas ou florestas nativas. De acordo com as entrevistas realizadas, um cortador pode colher 500 quilos de erva por dia. Uma empresa de porte médio, processando 200 toneladas de erva-mate para exportação, necessita do trabalho diário de 60

³ O sapeco é a primeira etapa do processo de industrialização da erva-mate com a finalidade de reduzir em torno de 20 a 30% da umidade das folhas e ramos.

⁴ Para Jain & Khurdiya (2004), *blends* são misturas e formulações realizadas para melhorar características nutricionais de determinado produto e para obtenção de um produto final diferenciado. Atualmente no mercado da erva-mate encontra-se *blends* com a adição de frutas vermelhas, guaraná, chá verde, abacaxi, menta, açai, entre outros.

cortadores. Trata-se de uma categoria fundamental da cadeia produtiva, que esteve associada à Guerra do Contestado⁵, representada em sua maioria por agricultores e trabalhadores assalariados, de origem cabocla (mestiços), empobrecidos e frágeis do ponto de vista organizacional (Renk, 1997). É o elo fraco da vistante cadeia produtiva.

O processo de construção da IG no PNC foi iniciado pela Epagri, a partir da percepção empírica da notoriedade da erva-mate do território, seguida de estudos comprobatórios. Essa empresa pública estadual fomentou, por meio de políticas de gestão territorial, o engajamento de distintos atores da cadeia produtiva da erva-mate, demonstrando os benefícios da obtenção da IG para o DTS. A participação dos atores privados não se deu de imediato, mas somente depois que o potencial econômico da futura IG ficou evidenciado, sobretudo no que se refere às demandas de mercados externos, cada vez mais exigentes em relação à qualidade ao longo de todo o processo produtivo. Assim, os atores privados, representados principalmente pelo Sindimate, passaram a auxiliar na montagem do dossiê encaminhado ao INPI.

Cabe destacar que a participação dos distintos atores implicados com a produção de erva-mate se deu de diferentes formas e intensidades. Os industriais se apropriaram do processo de IG a partir da

visualização dos potenciais econômicos, enquanto os outros atores não tiveram o mesmo nível de inserção. Apesar dessas diferenças, o envolvimento de atores de diferentes segmentos da cadeia produtiva propiciou uma construção coletiva de identidade territorial, até então, inexistente. Além disso, a aproximação desses atores, mesmo que incipiente, gerou um espaço inédito de discussão e resolução de situações problemáticas.

A região do estudo definida *a priori* inclui 20⁶ municípios, os quais conformam a área de abrangência da IG Erva-mate do PNC. Porém, devido à grande extensão geográfica e limitações financeiras e logísticas, o estudo empírico contemplou entrevistas com atores sociais da área de abrangência da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE), a qual é formada por 10 municípios⁷. A Figura 1, a seguir, ilustra esses dois recortes geográficos.

As principais expectativas em relação à IG da erva-mate apontadas pelos entrevistados se referem a melhorias nos seguintes aspectos do processo produtivo:

a) condições de trabalho para colheita, direitos trabalhistas, segurança, alimentação, saúde e bem-estar dos trabalhadores, categoria historicamente submetida a condições consideradas análogas à

⁵ A Guerra do Contestado ocorreu entre 1912 e 1916 e o PNC esteve no epicentro desse conflito armado, considerado um dos mais violentos do Brasil. A construção da ferrovia existente na região por uma empresa estrangeira implicou na expulsão de famílias de agricultores caboclos das terras que cultivavam como posseiros há várias décadas. A resistência dessas famílias gerou um conflito armado com o exército brasileiro e milícias mantidas pela empresa e fazendeiros da região.

⁶ Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Mafra, Rio Negrinho, Matos Costa, Porto União, Irineópolis, Timbó Grande, Canoinhas, Três Barras Caçador, Calmon, Lebon Régis, Santa Cecília, Santa Terezinha, Itaiópolis, São Bento do Sul e Campo Alegre.

⁷ Os municípios associados à AMPLANORTE são os seguintes: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.



FIGURA 1 – Abrangências geográficas da IG Erva-Mate do PNC e da Amplanorte.

NOTA: A área de abrangência da IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense é representada pela área em rosa, enquanto a abrangência da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (Amplanorte) corresponde à área amarela.

FONTE: Elaborado pelos autores (2020).

escravidão⁸;

b) condições ambientais, com restrição ao uso de fertilizantes químicos sintéticos e agrotóxicos;

c) condições sanitárias no manuseio do produto, desde a colheita até sua entrega nas indústrias, que até então tem sido manejado como produto

madeireiro e não alimentício.

Além desses aspectos, cerca de 70% dos entrevistados mencionaram as questões da confiança do consumidor em relação ao produto final e agregação de valor, 30% em relação ao direcionamento para nichos específicos de mercado, bem como a melho-

⁸ Essa situação está associada às péssimas condições de trabalho dos cortadores de erva-mate, que não raro são submetidos a cargas horárias excessivas, sem condições adequadas de segurança, alimentação e saúde.

ria dos preços para os agricultores, os quais não têm a erva-mate como principal atividade econômica e a consideram como uma forma de “poupança”, ou fonte de renda extra. Ou seja, há a expectativa de que os benefícios da IG no PNC sejam, de fato, distribuídos no território e atinjam todos os segmentos sociais da cadeia produtiva.

No período transcorrido entre 1984, ano das primeiras referências sobre a necessidade de diferenciar nos mercados a qualidade da erva-mate produzida no PNC, e 2019, ano de submissão do pedido de IG da erva-mate no INPI, diversos atores se engajaram no processo de criação da IG (Souza, 2009). Nesses mais de 30 anos, as ações sobre esse tema não foram conduzidas com regularidade. Ao contrário, houve momentos de maior atividade e discussão e outros de estagnação, a ponto de gerar descrédito, desmotivação e desarticulação dos atores e organizações implicados com o tema. Esse fato foi amplamente mencionado nas entrevistas como sendo um ponto negativo. Alguns atores privados associaram esse longo período ao fato de a Epagri ser o agente catalisador do processo, dependendo de investimentos públicos para dar continuidade às ações. Ou seja, sobressai a percepção de que a tarefa de mobilizar os demais atores que integram a cadeia produtiva da erva-mate é função dos atores públicos.

Além disso, mais de 60% dos entrevistados não consideram que a IG da erva-mate pode acarretar na exclusão de alguns atores da cadeia produtiva, esse aspecto precisa ser melhor analisado na continuidade do trabalho de pesquisa. Como dirimir as profundas diferenças socioeconômicas e políticas entre, por exemplo, os proprietários de indústrias ervateiras e os cortadores de erva-mate no processo de gestão da futura IG? Como se dará o acompanhamento dos processos produtivos, da

utilização do selo distintivo e da gestão de recursos financeiros de interesse coletivo? Qual será a parcela de recursos humanos e financeiros destinada ao apoio técnico e às ações de capacitação em comparação à propaganda e promoção do produto? Essas questões podem ser determinantes para o sucesso sociopolítico e ecológico da IG.

Nessa direção, a análise de Froehlich & Dullius (2011) sobre o tema das IG no Brasil sugere o enfoque da CBST como uma alternativa capaz de compensar as limitações dos processos centrados nas IG, sobretudo daqueles concebidos enquanto mero mecanismo de agregação de valor, que inevitavelmente excluem amplos segmentos da agricultura familiar. Trata-se de pensar a IG como um mecanismo de valorização de recursos específicos no âmbito de desenvolvimento territorial e não somente como um dispositivo segmentado associado a um arranjo produtivo local. Para tanto, esse autor sugere a adoção do enfoque da CBST, tema que será discutido na sequência desta análise.

4.2. O modelo da cesta de bens e serviços territoriais: integração da IG da erva-mate a outras iniciativas territoriais no PNC

O enfoque da CBST surge em meados dos anos 1990, a partir dos trabalhos de Pecqueur (2001) e de Mollard (2001), que analisaram iniciativas de atores locais que articulavam ações mercantis e não mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea de produtos e serviços vinculados a um território. Esses autores procuraram teorizar esses processos articulados de valorização de distintos produtos e serviços a partir de elementos ligados ao saber-fazer, à cultura e ao ambiente natural.

Os territórios são entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de coordenação de atores públicos, privados e associativos, os quais empreendem ações mais ou menos articuladas de identificação, criação e valorização de recursos territoriais específicos. Ou seja, recursos que não podem ser valorizados por iniciativas de atores sociais de outro território. Um recurso territorial se transforma em ativo territorial específico justamente quando uma ação coletiva de atores sociais promove tanto a sua metamorfose em algo específico do território quanto a sua inserção em mercados diferenciados. Esse processo quase sempre recorre a alguma marca ou signo distintivo. O aspecto central do enfoque da CBST consiste em identificar fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, tendo diversos atores locais como protagonistas (Pecqueur, 2004).

É possível fazer um paralelo entre esse aspecto central da abordagem da CBST e as ações de construção de uma IG, as quais consistem exatamente na coordenação de atores locais que identificam e valorizam recursos que estavam latentes no território. Embora esse processo seja central nas iniciativas de criação de uma IG, o modelo da CBST permite ir além, articulando-o com outras formas de valorização da qualidade de bens e serviços territoriais. A abordagem da “cesta” consiste, portanto, na articulação de diferentes produtos, serviços e cenários (patrimônio natural, arquitetônico, cultural e histórico) de qualidade diferenciada, a partir da mobilização de atores sociais em torno de uma mesma construção cognitiva na escala de território (Pecqueur, 2006). A “cesta” não é apenas um conjunto de bens privados, mas a conjunção de bens privados e públicos, de políticas e investimentos realizados e de estratégias compartilhadas de apropriação dos

recursos existentes no território.

Nessa perspectiva, o papel dos atores sociais públicos, privados e associativos é determinante na configuração de projetos de desenvolvimento que desviem de formas convencionais, cuja motivação é eminentemente econômica. As estruturas de intercâmbio entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas e órgãos públicos estimulam a reflexão e a operacionalização de projetos de outra natureza nos territórios. São as ações compartilhadas entre esses atores que permitem a construção de um sistema de governança territorial, a partir do qual se inicia a construção de novos projetos (Cazella *et al.*, 2019; 2020). Mesmo que com graus diferenciados e respeitando as lógicas particulares de cada ator mobilizado, os envolvidos podem aproveitar da “atmosfera” propícia de valorização do território onde atuam (Perron & Janin, 2014). Assim, o processo de construção de uma IG, a depender de como tenha sido conduzido, pode originar uma articulação com objetivos maiores, ao propiciar outras iniciativas de valorização de recursos territoriais.

Segundo Hirczak *et al.* (2008), para a constituição de uma CBST, é preciso que tais atores construam e consolidem elementos em torno de três eixos principais:

- a) bens e serviços complementares que possuam uma origem territorial comum e uma imagem coerente com o território, dificilmente substituíveis por bens genéricos;
- b) laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar no desenvolvimento de sistemas de venda direta, de gastronomia típica e de visitas turísticas diversas ao patrimônio territorial. A demanda dos produtos está ligada à qualidade, à reputação e ao (re)conhecimento do território e de

suas tradições; e
c) bens públicos que valorizem a *cesta*, desempenhando um papel de *cenário*, que coloquem os produtos e serviços em cena. Esses bens estão associados, de forma harmônica, à paisagem e biodiversidade, à arquitetura, à história e às tradições do território. Esse ponto estabelece vínculos estreitos do enfoque da CBST com os preceitos da sustentabilidade socioambiental dos processos de desenvolvimento.

Assim, partindo do caminho já trilhado para a IG da erva-mate, especialmente dos avanços destacados anteriormente, é desejável que outros processos sejam alavancados, dinamizando ainda mais o território. Durante o trabalho de observação de campo no PNC e nas entrevistas com atores locais, foi possível identificar recursos territoriais específicos que podem ser ativados e articulados com a erva-mate em torno do conceito de uma CBST. Também foram identificadas iniciativas e espaços para o diálogo entre atores sociais diversos, que indicam a existência de laços de proximidade e confiança que podem ser estimulados e fortalecidos, visando uma articulação com foco na CBST. Por fim, diversas características peculiares e bens públicos do território, os quais compõem um cenário único, foram ainda verificadas. Esses recursos, laços de proximidade e confiança e aspectos do cenário são apresentados na Tabela 1, conforme os três eixos propostos por Hirczak *et al.* (2008).

Conforme a compilação apresentada na tabela acima, por meio da observação em campo, das entrevistas com atores locais e de pesquisa documental, revelaram-se inúmeros aspectos que permitem diferenciar o PNC de outros territórios. Isso inclui atributos naturais e culturais, os quais

apresentam diferentes níveis de valorização e reconhecimento pelos atores locais. Os atributos culturais, especialmente ligados à história da Guerra do Contestado, à cultura cabocla e à ocupação do território por imigrantes eslavos, incluindo o artesanato, a culinária, a arquitetura e o folclore, foram amplamente mencionados nas entrevistas. Alguns bens e serviços associados a esses atributos já têm sido alvo de processos de valorização promovidos pelas prefeituras e outras instituições, como a Epagri. Produtos que podem ser considerados típicos, como o pinhão e outras frutas nativas, parecem ainda não ser percebidos pelos atores do território como recursos que podem ser ativados de forma a torná-los específicos do território.

Nessa direção, a Epagri tem realizado iniciativas para promover alguns produtos e serviços do PNC, valorizando sua identidade e origem. Em 2018, por exemplo, foi realizado um concurso com o objetivo de sensibilizar os moradores dos diferentes municípios para as riquezas do território onde vivem. O concurso teve o PNC como tema central e subtemas como a erva-mate, abrangendo as áreas de fotografia e gastronomia, além da criação de uma mascote, com a participação de alunos e professores de escolas municipais, estaduais e particulares de 19 municípios (Município de Mafra, 2018).

O resgate da tatarca representa outra iniciativa de valorização de um recurso específico do território que está sendo conduzida pela Epagri. Também conhecida como trigo mourisco ou trigo sarraceno, introduzida pelos imigrantes ucranianos e poloneses. A partir de 2010, a equipe da Epagri do Escritório Municipal de Itaiópolis, após perceber que esse hábito está se perdendo, iniciou um trabalho de resgate, incluindo a publicação de um livro com a divulgação de algumas receitas típicas (Köene & Richter, 2015).

TABELA 1 – Recursos, laços de proximidade e confiança, bens públicos e cenários do Planalto Norte Catarinense, segundo os eixos da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

Bens e Serviços privados	Laços de proximidade e confiança	Bens públicos/ cenário
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agroturismo ▪ Turismo de natureza (trilhas, ciclismo, cachoeira) ▪ Turismo religioso ▪ Turismo histórico ▪ Observação de aves ▪ Bens e serviços associados à cultura ucraniana e polonesa (artesanato, gastronomia, grupos folclóricos) ▪ Bens e serviços associados à história da Guerra do Contestado (caminhos, capelas, encenações) ▪ 1ª cervejaria artesanal do Brasil ▪ 1ª fábrica brasileira do Steinhäger ▪ Tatarca (trigo mourisco ou sarraceno) ▪ Mel de melato de bracinga ▪ Pinhão e frutas nativas ▪ Produtos à base de erva-mate (a erva como alimento funcional) ▪ Locomotiva a vapor (passeio de maria-fumaça, de Rio Negrinho a São Bento do Sul) ▪ Indústria moveleira (São Bento do Sul é a capital nacional dos móveis) ▪ Produção de Ovinos (Campo Alegre é a Capital Catarinense da Ovelha) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte presença de feiras-livres ▪ Articulação em torno da IG da erva-mate ▪ Articulação para a construção da IG do Mel de Melato de Bracinga ▪ Conselho Gestor da Floresta Nacional de Três Barras e Comitê da Bacia Hidrográfica do Iguaçú ▪ Presença do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e campus de universidades públicas e particulares ▪ Zona de “passagem” de turistas argentinos e uruguaios a caminho do litoral ▪ Riqueza de atores associativos (Aspromate, Sindimate, cooperativas diversas, Amplanorte) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ História ligada à Guerra do Contestado, incluindo a ferrovia, estações ferroviárias e museu do Contestado ▪ Cultura ucraniana e polonesa ▪ Cultura cabocla ▪ Arquitetura dos imigrantes europeus (casarios e capelas) ▪ Paisagem típica com floresta nativa e caívas⁹ ▪ Floresta Nacional de Três Barras ▪ Corredor ecológico Timbó¹⁰ ▪ Caminho dos Ambrósios ▪ Antigos Barbaquás¹¹ ▪ Rio navegável ▪ Festas típicas (Festa Estadual da Erva-Mate, em Canoinhas, Festa do Trator, em Irineópolis, Feira Agropecuária de Mafra, Festa Polonesa, em Major Vieira, Festa da Ovelha, em Campo Alegre, Festa do Boi Ralado, em Itaiópolis, Festa das Etnias, em Mafra, Festa Nacional do Steinhaeger e Xixo, em Porto União, Schlachtfest– festa germânica de São Bento.

FONTE: Adaptado de Milano *et al.* (2019).

A inovação, com criação de novos produtos que agregam ainda mais valor à erva-mate enquanto matéria-prima, é um dos pontos-chaves para que a IG possa articular outros bens e serviços, conforme pressupõe o modelo da CBST, distribuindo melhor os benefícios pelo território. Dessa forma, a erva-mate vem sendo empregada na indústria alimentícia, farmacêutica e cosmética. Na indústria alimentícia, ela tem se tornado a base para o desenvolvimento de alimentos e bebidas, como geleia, pães, bolos, pudins, sobremesas, sucos, drinks, corantes e conservantes naturais, cervejas, biscoitos, sorvetes e licores (Ibramate, 2017). Na indústria farmacêutica, tem sido utilizada em produtos para o controle do colesterol, com funções anti-inflamatórias, antibacterianas, antirreumáticas, diuréticas e com a utilização de polifenóis e saponinas que fortalecem o sistema imunológico (Simões *et al.*, 2004). Em relação à indústria de cosméticos, foram desenvolvidos xampus, condicionadores, cremes para as mãos e pés, hidratantes, esfoliantes, produtos para reduzir o envelhecimento precoce, como antirrugas e protetores solares. Devido ao alto teor de cafeína, a erva-mate também é utilizada na indústria de suplementos para a fabricação de energéticos (Croge *et al.*, 2020). Além disso, gestores de ervateiras entrevistadas do PNC têm realizado *blends*, misturando a erva-mate com outras matérias-primas, tais como guaraná, abacaxi, açaí e

cereja, visando potencializar seus benefícios. Como exemplo de inovação, pode-se citar uma ervateira que passou a fabricar picolé à base da erva-mate, com grande aceitação no mercado local, segundo afirmação do seu diretor-presidente.

No setor de bebidas, no PNC, encontra-se a primeira cervejaria artesanal do Brasil, localizada no município de Canoinhas. A cervejaria Canoinhense foi fundada em 1908 pelo mestre-cervejeiro Rupprecht Loeffler, seguindo a receita de cinco gerações de sua família de origem alemã. Os tonéis utilizados na produção das cervejas foram trazidos da Alemanha, e dois tipos de cerveja – a escura, Nô de Pinho, e a clara, Jahu – têm maior notoriedade (G1, 2011). Também no PNC está a primeira fábrica brasileira de Steinhäger, localizada em Porto União. A empresa Doble W foi fundada em 1960 pelo alemão Wenzel Rulf, que, a partir de 1962, começou a produzir o Steinhäger e, em 1977, a vodka. Atualmente, sua loja para a comercialização dos produtos fica à margem da estrada, atraindo muitos turistas, principalmente os argentinos que têm como destino final as praias da região litorânea e passam pelas rodovias do PNC (DOUBLE W, 2019).

Outro produto portador de características específicas ligadas ao território do PNC é o mel de melato da bracinga, que também está sendo alvo de um processo de construção de uma IG. Esse mel é obtido a partir das secreções das partes vivas de

⁹ Caívas, na região do PNC, são áreas formadas por remanescentes do estrato florestal da Floresta Ombrófila Mista e, no estrato herbáceo, por pastagens nativas. São áreas de usos múltiplos, como a extração da erva-mate, e lenha para uso familiar e pastejo de animais.

¹⁰ O Corredor Ecológico Timbó foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.956/2010. Localizado no Planalto Norte, protege importantes remanescentes de Floresta de Araucária e Campos de Altitude, possui 4.900 km² e abrange os seguintes municípios: Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Régis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Santa Cecília e Timbó Grande (<http://www.ima.sc.gov.br/index.php/ecosistemas/biodiversidade/corredores-ecologicos/672-corredor-ecologico-timbo>).

¹¹ Barbaquás são as antigas estruturas para secagem da erva-mate, associados à história da atividade ervateira na região.

árvores de bracatinga (*Mimosa scabrella*), árvore nativa das zonas frias do sul do país. A seiva da bracatinga é sugada pela cochonilha, que digere sua seiva e excreta gotas de melato, que é coletado pelas abelhas, resultando em um mel mais escuro e menos doce que o mel floral (Salomé, 2002). Em março deste ano, o MAPA emitiu um instrumento oficial reconhecendo a área do Planalto Sul Brasileiro como uma região legítima e exclusiva produtora desse tipo de mel, incluindo uma área de 8,5% do território do Paraná, 7% da área do Rio Grande do Sul, e 45% da área do estado de Santa Catarina, documento que faltava para incluir ao dossiê de registro de uma IG enviado ao INPI. A região delimitada pelos pesquisadores da Epagri abrange 111 municípios catarinenses, incluindo o território do PNC (Vieira *et al.*, 2019).

Oito entre os doze entrevistados apontam o PNC como um recurso territorial importante, evidenciada pela paisagem típica e o relevo que propiciam a realização de atividades na natureza, como trilhas de caminhada, ciclismo, banhos de cachoeira e esportes de aventura, que são praticados tanto por moradores, quanto por turistas. Diretamente ligada à manutenção da paisagem, destaca-se no território a presença da Floresta Nacional de Três Barras (Flona), que é uma Unidade de Conservação Federal, criada em 1968, com área de 4.358,3 ha, localizada no município de Três Barras. A Flona possui áreas destinadas ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, como a de manejo florestal de Pinus (1.541 ha) e de Araucária (1.282,35 ha). O restante é composto por remanescentes de florestas nativas, fundamentais para a manutenção de espécies vegetais e animais silvestres, algumas ameaçadas de extinção. A unidade é também destinada à pesquisa científica e aplicação de métodos

para exploração sustentável de recursos naturais, onde diversos estudos já foram realizados, inclusive alguns ligados à produção e manejo da erva-mate. Por fim, a Flona tem também foco na educação ambiental e visitação em geral, oferecendo trilhas com visitas guiadas às universidades e escolas, além de visitação a uma capela histórica, integrando também o circuito regional de turismo religioso. Em 2019, a Flona recebeu 10 mil visitantes (ICMBio, 2020). O ICMBio, órgão público gestor da Flona, é um ator territorial importante, responsável por articulações com diversas outras organizações parceiras, públicas e privadas, especialmente em temas ligados à questão ambiental.

Também relevantes para o turismo e a manutenção da paisagem do território, os Campos do Quiriri, localizado em Campo Alegre, são um conjunto de montanhas que possui aproximadamente 30 cumes, variando entre 1300 e 1600 metros de altura, que integram uma Área de Preservação Ambiental municipal (Garrote *et al.*, 2011). O caminho dos Ambrósios possui um trecho localizado em Campo Alegre, trata-se de um caminho histórico responsável pela primeira ligação entre a Serra do Mar Catarinense e o primeiro planalto do Paraná, que segundo relatos locais, foi utilizado pelos povos pré-colombianos e que, posteriormente, serviu de acesso aos povos espanhóis (Garrote *et al.*, 2011). Complementando a relação de atributos naturais que integram e caracterizam o PNC, destacam-se algumas das principais cachoeiras do território localizadas em Campo Alegre, em Papanduva e em Porto União.

Ligados ao patrimônio histórico e arquitetônico, destaca-se a estação ferroviária de Canoinhas, conhecida como Conjunto Ferroviário de Marcílio Dias. Pode-se destacar também o passeio da loco-

motiva de Rio Negrinho a São Bento do Sul, em um percurso de 45 quilômetros, partindo do município de Rio Negrinho. O passeio é realizado com a Maria Fumaça, locomotiva a vapor com 120 toneladas da década de 1940 (Município de Rio Negrinho, 2020). Ao desembarcarem em São Bento do Sul, os passageiros são servidos de um almoço típico polonês com músicas e danças, em uma imersão na cultura dos imigrantes europeus. Por sua vez, o “Caminho das Tropas” remete à história do tropeirismo na região. Trata-se de um caminho que interligava o Rio Grande do Sul a São Paulo no período da Brasil Colônia, importante para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais e determinantes para a ocupação do território catarinense (Herberts, 2012). Por fim, contando episódios importantes da história do território, existem preservadas algumas das antigas estruturas ligadas a todas as etapas de produção da erva-mate, a exemplo dos barbaquás.

Ainda em relação ao potencial da atividade turística, o turismo religioso é relevante no território pela presença de inúmeras igrejas, capelas de arquitetura europeia e artesanato, principalmente, de origem ucraniana e polonesa. Além disso, existe a mística da passagem do Monge João Maria, personagem central no evento histórico da Guerra do Contestado, e sua relação com o messianismo e com a cultura cabocla. Um dos principais atrativos ligados ao turismo religioso no PNC é o Morro do Calvário, localizado em Itaiópolis, destino de romaria que reúne mais de 10 mil devotos durante a Quaresma (Município de Itaiópolis, 2020).

Reconhecendo e celebrando as especificidades do território, inúmeras feiras e festas, que atraem os públicos locais e turistas, existem no PNC. Ressalta-se a festa estadual da erva-mate (Fesmate), que em sua 23ª edição reuniu cerca de 50 mil

pessoas e teve a participação efetiva do Sindimate e da Aspromate em sua realização (Município de Canoinhas, 2019). Outro evento marcante relatado por um dos entrevistados é a festa polonesa, que ocorre em Major Vieira. Pode-se ainda citar a Festa do Trator, em Irineópolis, Feira Agropecuária de Mafra, a Festa da Ovelha, em Campo Alegre, a Festa do Boi Ralado, em Itaiópolis, a Festa das Etnias, em Mafra, a Festa Nacional do Steinhager e Xixo, em Porto União, e a Schlachtfest, festa germânica de São Bento, como espaços privilegiados para a valorização de produtos territoriais e para a construção da identidade territorial compartilhada pelos atores sociais.

Nascimento *et al.* (2012) relacionam a constituição de uma IG com o desenvolvimento do turismo de uma região, com benefícios econômicos, sociais e ambientais. Os autores expõem o caso de sucesso da IG do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, onde as vinícolas investiram na atividade turística e favoreceram o desenvolvimento da rede hoteleira, da gastronomia e da fabricação artesanal de produtos típicos com identidade do território.

Embora o modelo da CBST, em sua origem, estivesse intimamente atrelado ao florescimento da atividade turística que agregasse valor aos bens e serviços específicos de um território, estudos recentes apontam para a pertinência do modelo também quando a demanda parte de um público consumidor interno ao território. Nesse segundo caso, a valorização e preferência por produtos específicos do território e por canais mais curtos de comercialização representa outra forma de promover a dinamização do território e distribuir benefícios. Segundo Vollet & Said (2018), o público local pode estar disposto a valorizar os produtos territoriais por motivações diversas, seja a preferência por produtos específicos,

ou o desejo de contribuir com a geração de renda e empregos dentro do território. Além disso, esses autores indicam que, frequentemente, há a necessidade de se construir ativamente a valorização dos produtos específicos, a partir de campanhas de informação para o público consumidor local.

Apesar do cenário peculiar e repleto de história e de diferentes atributos com valor turístico descritos anteriormente para o PNC, percebe-se que a maior parte deles é valorizada e frequentada por um público interno ao território. Muitos dos visitantes são moradores dos municípios de porte médio do próprio território, que buscam o contato com a natureza, com a cultura de seus antepassados e com o modo de vida do meio rural, deslocando-se por distâncias relativamente pequenas. Essa característica do turismo favorece o planejamento de uma *cesta* que não menospreze a importância da demanda do público interno.

5. Considerações finais

Sabe-se que persistem profundas diferenças socioeconômicas, históricas e culturais entre os contextos latino-americano e europeu, as quais precisam ser consideradas quando se procura adotar alguma política ou estilo de desenvolvimento considerado de sucesso naquele continente. Esses são os casos das abordagens tanto das IG quanto da CBST. Esse distanciamento ocorre inicialmente pela tradição histórica na Europa em torno dos produtos de origem, seguido pelo avanço no desenvolvimento da legislação específica sobre as IG e, não menos importante, a menor desigualdade social quando comparada ao Brasil. Apesar disso, não se trata de desqualificar iniciativas que se espelham na

experiência de outros países e continentes, mas de adaptá-las à realidade nacional, não se limitando à mera cópia de casos de sucesso. Cabe, sobretudo à pesquisa, a tarefa de apontar às organizações e profissionais do desenvolvimento as particularidades locais que precisam ser incluídas nas agendas de trabalho.

No que se refere à instituição de IG no Brasil, os primeiros passos foram dados, mas ainda de forma incipiente. No domínio da legislação persistem lacunas (Anjos *et al.*, 2013) que precisam ser preenchidas, além da necessidade de capacitar tanto os atores envolvidos nos processos produtivos quanto os potenciais consumidores do território e de fora dele.

Para Valente *et al.* (2012), o tema no Brasil ainda é recente e há um longo caminho a ser percorrido para consolidar e popularizar as IG. Esses autores consideram que será necessário um maior engajamento político que propicie investimentos para formação de recursos humanos e técnicos, em especial dos atores sociais envolvidos nos processos. Além disso, segundo eles, é imprescindível a formulação de políticas públicas voltadas às IG, com a disseminação do tema entre os consumidores e instituições de pesquisa e de fomento agropecuário, para que a IG se torne, de fato, uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável.

No caso específico da IG da erva-mate, tem-se um caso exemplar de ativo territorial específico que pode ser potencializado com a obtenção desse dispositivo distintivo da qualidade territorial. Na trajetória de mais de três décadas, embora apontada como um aspecto negativo, evidenciada por aproximadamente 80% dos entrevistados neste estudo, é notório o papel central no processo de elaboração do

dossiê da IG desempenhado pela empresa pública de pesquisa e extensão rural do governo estadual e o potencial de organização do setor empresarial, dada a existência de uma estrutura de governança desse setor.

No caso da construção da IG Erva-Mate do PNC, pode-se afirmar que o processo gerou avanços importantes em direção à abordagem da CBST, dentre os quais se destacam os seguintes aspectos:

- a) existência de uma rede de atores sociais articulada, mesmo que de forma desigual, em torno da governança da IG e que conta com a participação de atores privados, públicos e associativos;
- b) construção paulatina de uma percepção positiva sobre os recursos territoriais específicos do PNC, culminando no reconhecimento da erva-mate como um ativo territorial específico, que o distingue dos demais territórios catarinenses, especialmente daqueles também produtores da erva-mate; e
- c) aprendizado e percepção geral de que processos de valorização de recursos e ativos territoriais podem gerar resultados econômicos, sociais e ambientais positivos.

Algumas considerações quanto aos dados levantados devem ser realizadas para o entendimento da dinâmica dos produtos e serviços no território do PNC. O panorama desses recursos territoriais permite analisar os principais desafios a serem enfrentados para que os recursos territoriais possam se tornar, efetivamente, em ativos territoriais. As diferenças desses elementos levantados acentuam a dificuldade de uma ação conjunta no território, como diferenças em qualidade, modos de produção, escala de produção, escoamento e destino do produto ou serviço. Mas, de qualquer forma, os recursos

estão ligados às organizações de esferas públicas, privadas e associativas, algumas delas de abrangências regionais, demonstrando um embrionário sistema de governança territorial correlacionado a produtos e serviços de qualidade, alguns com maior visibilidade e melhor estruturados em relação aos outros, porém cada um com sua particularidade e importância dentro do território (Silveira, 2009).

Em concordância com os outros estudos que vêm sendo realizados sobre o modelo da CBST em territórios diversos (Pecqueur, 2001; Hirczak *et al.*, 2008; Álvarez *et al.*, 2014; Sperb & Serva, 2018; Cazella *et al.*, 2019; Mello & Froehlich, 2019), no PNC, também se constatou que a articulação entre os atores públicos, privados e associativos ainda é um dos maiores desafios para o planejamento do desenvolvimento de base territorial. Essas experiências já existentes, assim como o próprio processo de construção social da IG da erva-mate, propiciam a formação de laços de proximidade e se constituem como aprendizado coletivo que pode ser aproveitado para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial sustentável.

Com relação à sua composição, a CBST do PNC pode contar com uma série de bens e serviços específicos, a depender da deflagração de processos de ativação e valorização pelos atores locais. Entre eles, merecem menção os produtos e serviços que estão associados à história da Guerra do Contestado e aos imigrantes de origem eslava, que incluem a visitação a museus e capelas, a gastronomia, artesanatos, entre outros. Não obstante, as atividades de visitação a áreas naturais e os produtos in natura comercializados nas feiras podem também integrar a *cesta* do PNC.

As especificações dos produtos, por intermédio dos processos de IG, da erva-mate e do mel de

melato da bracinga, têm potencial para gerar o efeito “cesta”, podendo representar um enfoque teórico-metodológico a ser adotado por atores locais. O PNC possui elementos de um modelo embrionário de CBST, como produtos e serviços de qualidade, cenário e a governança territorial, para desencadear um processo de desenvolvimento territorial baseado na valorização de recursos e ativos territoriais específicos de qualidade. Entretanto persiste uma relativa desarticulação entre as distintas ações em curso para que os ativos territoriais específicos sejam interligados no território. No presente momento, os atores ligados a ativos territoriais específicos estão preocupados com a valorização de seus produtos ou serviços.

Dentre os desafios da aplicação da abordagem da CBST em territórios brasileiros, destacam-se a articulação necessária para a constituição de um sistema de governança territorial e a construção de processos de desenvolvimento inclusivos, com distribuição dos benefícios materiais e simbólicos (Cazella *et al.*, 2019). No contexto específico do PNC, é possível apontar o distanciamento geográfico e social entre os atores envolvidos, tendo em vista o tamanho físico do território, a heterogeneidade e complexidade organizacional das distintas categorias sociais implicadas e a desigualdade social. Além disso, tem-se a necessidade de uma maior articulação entre os atores públicos, particularmente as administrações municipais, e destas com os atores privados. Outro fator fundamental é a melhoria nas estruturas necessárias para o florescimento do turismo, ainda que majoritariamente voltado ao público residente em cidades de porte médio existentes no interior do território, tais como acessos de qualidade aos locais de interesse e maior oferta de serviços de hospedagem e alimentação, visto que muitos

dos recursos territoriais estão associados direta ou indiretamente à atividade turística.

Referências

Álvarez, E. G.; Abella, O. M.; Caetano, S. F.; Fresno, C. del C.; García, S. R. El cesto de bienes y servicios territoriales: un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 34(1), 105-128, 2014. doi: 10.5209/rev_AGUC.2014.v34.n1.45194

Anjos, F. S. dos. Indicações Geográficas, Identidade e Desenvolvimento: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. In: FROEHLICH, José Marcos (org.). *Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo*. Ijuí: Unijuí, p. 53-83. 2011.

Anjos, F. S. dos; Criado, E. A.; Caldas, N. V. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 56(1), 207-236, 2013. doi: 10.1590/S0011-52582013000100009

Bacon, C. M.; Getz, C.; Kraus, S.; Montenegro, M.; Holland, K. The social dimensions of sustainability and change in diversified farming systems. *Ecology and Society*, 17(4), 41, 2012. doi: 10.5751/ES-05226-170441

Bona, L. C.; Hanish, A. L.; Marques, A. da C. Melhoria de caívas no Planalto Norte de Santa Catarina. *Agriculturas*, 8(2), 6-11, 2011. Disponível em: < http://aspta.org.br/files/2011/08/Agriculturas_ed.-junho_FINAL.pdf>. Acesso em: jan.2022.

Brasil. Lei Nº 9.279, de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF. Presidência da República. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Guia das Indicações Geográficas – Conceitos*. 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-das-igs-conceitos/@@download/file/guia-das-igs-conceitos-interativo.pdf>>. Acesso em:

jan.2022.

Cazella, A. A.; Paula, L. G. N. de; Medeiros, M.; Turnes, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Revista do Desenvolvimento Regional*, 24(3), 49-74. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14118>

Cazella, A. A.; Medeiros, M.; Desconsi, C.; Schneider, S.; Paula, L. G. N. de. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3), 193-206, 2020. doi: 10.54399/rbgdr.v16i3.5881

Conselho da União Europeia. *Regulamento (CE) nº 510, de 20 de março de 2006*. Relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos gêneros alimentícios. União Europeia: Jornal Oficial de 31/3/2006.

Croge, C. P.; Cuquel, F. L.; Pintro, P. T. M. Yerba mate: Cultivation systems, processing and chemical composition. a review. *Scientia Agricola*, 78 (5), 1–11, 2020. DOI: 10.1590/1678-992x-2019-0259.

Dortzbach, D.; Vieira, V. F.; Neppel, G.; Kroth, L. T. *Indicação geográfica erva-mate do Planalto Norte Catarinense: território*. Florianópolis: Epagri, 2018a.

Dortzbach, D.; Neppel, G.; Trabaquini, K.; Vieira, V. F. *Indicação Geográfica Erva-mate do Planalto Norte Catarinense: produto*. Florianópolis: Epagri, 2018b.

Double W – Destilaria Double W LTDA. *História*, 2020. Disponível em: < <https://www.doblew.com.br/historia/> > Acesso em abr., 2020.

Franco, H. M. Erva-mate: o Mercosul dispõe dessa exclusividade. *Revista Agropecuária Catarinense*, 5(4), 24-30, 1992.

Froehlich, J. M.; Dullius, P. R. As experiências de indicações geográficas no Brasil meridional e a agricultura familiar. In: FROEHLICH, J. M. (org.). *Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo*. Ijuí: Unijuí, p. 225-163. 2011

Garrote, M. S.; Dambrowski, V.; Santos, G. F. dos. His-

tória e natureza nos Campos do Quiriri - SC. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 17-22 de jul., 2011.

Glass, R. F.; Castro, A. M. G. *As indicações geográficas como estratégia mercadológica para vinhos*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009.

G1. Morre aos 93 anos em Canoinhas, SC, cervejeiro Rupprecht Loeffler. *G1*, 28 de fev., 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/morre-aos-93-anos-em-canoinhas-sc-cervejeiro-rupprecht-loeffler.html>>. Acesso em: abr. 2020.

Hanisch, A. L.; Gaertner, F. C.; Hirano, E.; Bonfleur, R. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Planalto Norte Catarinense*: versão preliminar, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio070.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

Herberts, A. L. Análise arqueológica das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina. *Revista Tempos Acadêmicos*, 10, 39-57, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/1109>

Hirczak, M.; Moalla, M.; Mollard, A; Pecqueur, B.; Rambonilaza, M; Vollet, D. From the model of ‘basket of goods’ to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis grid and questions. *Canadian Journal of Regional Science*, 31(2), 241-259, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da extração vegetal e da silvicultura – PEVS*, 2019. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html?=&t=resultados>>. Acesso em jun.2019.

Ibramate – Instituto Brasileiro da Erva-Mate. *Produtos à base de erva-mate*, 2017. Disponível em: <<http://ibramate.com.br/produtos/>>. Acesso em: abr. 2020.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Flona de Três Barras*. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/flona-de-tres-barras>> Acesso em jan.2022.

- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Instrução Normativa nº 25, de 21 de agosto de 2013*. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0252013.pdf>>. Acesso em: abr., 2020.
- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Instrução normativa nº 95, de 28 de dezembro de 2018*. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. Disponível em: <<https://nit.ufba.br/sites/nit.ufba.br/files/in952018.pdf>>. Acesso em: abr., 2020.
- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Catálogo Indicações Geográficas Brasileiras*. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/materiais-de-consulta-e-apoio>>. Acesso: abr., 2020.
- Jain, S. K.; Khurdiya, D. S. Vitamin C enrichment of fruit juice based ready-to-serve beverages through blending of indian gooseberry (*Emblica officinalis* Gaertn.) juice. *Plant Foods for Human Nutrition*, 59, 63-66, 2004. doi: 10.1007/s11130-004-0019-0
- Köene, T. T.; Richter, N. (Org.). *Receitas com tatarca*. Florianópolis: Epagri, 2015.
- Lopes, N. de O. V. E. *A indicação geográfica como forma de valorização da biodiversidade no Planalto Norte Catarinense*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFSC, 2011.
- Marques, A. da C.; Denardin, V. F.; Reis, M. S. dos; Wisniewski, C. As paisagens do mate no Planalto Norte Catarinense. In: Dallabrida, V. R. (Org.). *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, p. 33-46, 2014.
- Maiorki, G. J.; Dallabrida, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. *Interações (Campo Grande)*, 16(1), 13-25, 2015. doi: 10.1590/151870122015101
- Mello, C. I. de; Froehlich, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 27(2), 282-306, 2019. doi: 10.36920/esa-v27n2-3
- Milano, M. Z.; Prado, F. H.; Cazella, A. A.; Desconsi, C.; Dortzbach, D. A indicação geográfica como instrumento para criação de uma cesta de bens e serviços territoriais: o caso da erva-mate do Planalto Norte Catarinense. In: *Anais do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica*. Florianópolis, 30 e 31 de out., 2019.
- Mollard, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, 263, 16-34, 2001. doi: 10.3406/ecoru.2001.5240
- Município de Canoinhas. Notícias. *Cerca de 50 mil pessoas prestigiam 23ª Fesmate*, 2019. Disponível em: <<https://www.pmc.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/18101/codNoticia/576310>>. Acesso em jan.2022.
- Município de Itaiópolis, Portal de Turismo de Itaiópolis. *Romaria ao Morro do Calvário – Via Sacra*, 2020. Disponível em: <<https://turismo.itaiopolis.sc.gov.br/o-que-fazer/item/romaria-ao-morro-do-calvario-via-sacra>>. Acesso em: jan.2022.
- Município de Mafra. Notícias. *Concurso de fotografia, gastronomia e mascote “IG Erva-Mate do Planalto Norte Catarinense” tem inscrições abertas até o dia 30*, 2018. Disponível em: <<https://www.mafra.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaItem/18158/codNoticia/513250>>. Acesso em: jan.2022.
- Município de Rio Negrinho. Portal de Turismo de Rio Negrinho. *Trem da Serra do Mar/SC*, 2020. Disponível em: <<https://turismo.rionegrinho.sc.gov.br/o-que-fazer/item/trem-da-serra-do-marsc>>. Acesso em: jan.2022.
- Nascimento, J. S.; Nunes, G. S.; Bandeira, M. da G. A. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. *Revista Gestão, Inovação e Tecnologias*, 2(4), 378-386, 2012. doi: 10.7198/S2237-0722201200040005
- OMC – Organização Mundial do Comércio. *Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio*. Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, Marraqueche, 15 de abril de 1994. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em: jan., 2022.
- Pecqueur, B. Qualité et développement territorial: l'hy-

- pothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, 261, 37-49, 2001. doi: 10.3406/eco-ru.2001.5217
- Pecqueur, B. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: Benoit, A. ; Frédéric, G. (Eds.). *Le territoire est mort, vive les territoires! Une (re)fabrication au nom du développement*. Marselha: IRD Éditions, p. 295-316, 2004.
- Pecqueur, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem para os processos de desenvolvimento para os países do Sul. *Raízes*, 24(1-2), 10-22, 2005. Disponível em: <https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf>. Acesso em: jan.2022.
- Pecqueur, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, 4, 81–103, 2006. Disponível em: < https://lema-te.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf>. Acesso em jan.2022.
- Perron, L.; Janin, C. *Valoriser les ressources territoriales: des clés pour l'action* – guide méthodologique. Grenoble: Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, 2014.
- Renk, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense*. Chapecó: Editora Grifos, 1997.
- Salomé, J. A. *Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) – UFSC, 2002.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. DataSebrae. *Indicações Geográficas Brasileiras*. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>. Acesso em dez.2022.
- Sperb, M. P.; Serva, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. *Revista de Ciências da Administração*, 20(50), 93-109, 2018. doi: 10.5007/2175-8077.2018v20n50p93
- Silva, C. K. V. da; Brito, L. M.; Dantas, T. K. de S. A indicação geográfica como promotora do desenvolvimento local e regional: o caso (em potencial) do bordado do Seridó. *Revista Gestão, Inovação e Tecnologias*, 6(1), 2982-2990, 2016. doi: 10.7198/S2237-0722201600010019
- Silveira, J. S. *A multidimensionalidade da valorização de produtos locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia*. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, 2009.
- Simões, C. M. O.; Schenkel, E. P.; Gosmann, G.; Mello, J. C. P. de; Petrovick, P. R. (Orgs.). *Farmacognosia: da planta ao medicamento*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Florianópolis: Editora UFSC, 5. ed., 2004.
- Souza, A. M. A estrutura fundiária do território Planalto Norte-SC: um produto das especificidades históricas. In: *47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Porto Alegre, 27-29 de jul., 2009.
- Valente, M. E. R.; Perez, R.; Ramos, A. M.; Chaves, J. B. P. Indicação geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. *Ciência Rural*, 42(3), 551-558, 2012. doi: 10.1590/S0103-84782012000300027
- Van der Ploeg, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- Velloso, C. Q. *Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC)*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFSC, 2008.
- Vieira, E.; Trabaquini, K.; Dortzbach, D.; Vieira, V. F.; Ricce, W. da S.; Zambonim, F. M.; Silva, E. B. da. Delimitação geográfica da IG do mel de melato da bracatinga do planalto sul brasileiro. In: *Anais do VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica*. Florianópolis, 30 e 31 de out., 2019.
- Vogt, G. A.; Neppel, G.; Souza, A. M. de. A atividade erva-teira no Planalto Norte Catarinense: a indicação geográfica como alternativa para a (re)valorização do produto erva-mate. *Desenvolvimento Regional em debate*, 6(2), 64-87, 2016. doi: 10.24302/drd.v6i2.1205

Vollet, D.; Said, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage: illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais. *Géocarrefour*, 92(3), 2018. doi: 10.4000/geocarrefour.11155

WIPO - World Intellectual Property Organization. *World Intellectual Property Indicators 2018*. Geneva: World Intellectual Property Organization, v. 1, 2018. Disponível em: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=4369>. Acesso em: jan. 2022.

WHO – World Health Organization. *Qualitative research for health programmes*, 1994. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/62315/WHO_MNH_PSF_94.3.pdf>. Acesso em: dez. 2021.